

## AS PRÁTICAS E OS DESAFIOS DOCENTES VIVENCIADOS NA SALA DE RECURSOS, COM ENSINO DE LIBRAS - COMO PRIMEIRA LÍNGUA, PARA ALUNA SURDA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nívea Maria Lopes Vilarva <sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Com a regulamentação da Lei nº 10.436/2002 que reconhece LIBRAS como a segunda língua do Brasil, com o Decreto nº 5.626/2005 e a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, observa-se uma nova postura com relação a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Assim após a efetivação desse processo, a inclusão das pessoas com surdez e o ensino de Libras no contexto escolar, ganha destaque e retorna ao topo das discussões no cenário educacional no país.

Partindo deste contexto de legitimidade e respeito às especificidades linguísticas da Língua Brasileira de Sinais, muitas pesquisas avançam na perspectiva da importância do ensino de Libras aos alunos surdos, como primeira língua (L1). A esse respeito, PERLIN (2006) afirma que a denominação de primeira língua é para dizer que a língua ocupa papel de ferramenta para a produção de signos e significados, ou seja, ela representa o papel de língua natural, ou língua materna. Portanto, Libras é denominada como primeira língua para a comunidade surda e entendida como parte importante em seu processo de construção da identidade e da cultura surda.

Tratamos no presente trabalho, do atendimento à uma criança surda, de quatro anos, matriculada na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, período marcado por inúmeros desafios que circundam a adaptação, o ensino e a inclusão, das crianças surdas, neste espaço de direito. Direto este, garantido pela constituição de 1988, que reconhece o surdo na sociedade como cidadão de direitos e deveres. Frente a esse cenário cumpre nos buscar respostas ao questionamento: como garantir às crianças surdas da Educação Infantil, o ensino de Libras como L1?

Sabemos que são muitos os desafios que permeiam este processo, uma vez que a aquisição da Libras como primeira língua por crianças surdas é, na maioria das vezes, um processo complexo, que requer um trabalho amplo, sistemático e contínuo, pautado no estímulo e parceria com a família.

Não diferente, é no contexto escolar, que muitas das crianças surdas têm o seu primeiro contato com Libras quando é inserido no processo de escolarização e, em muitos casos, somente quando esta passa a ser assistida pelo Atendimento Educacional Especializado – AEE, nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

O espaço este encontra-se estruturado para o atendimento das crianças com deficiências e inclui o ensino de/em Libras, dentro da escola, externo a sala regular e tem como foco as vivências e os desafios enfrentados no ensino de Libras como L1 para a criança surda. Entretanto, tenho desenvolvido estratégias didáticas significativas e proporcionando avanços no referido ensino, mesmo enfrentando os desafios que atrasam e dificultam o processo da aquisição desta língua como L1, como por exemplo: a aceitação do ensino e do uso de Libras por parte da família e a ação docente da sala regular, na ausência do estímulo da sinalização na comunicação da aluna com os colegas no espaço escolar.

---

<sup>1</sup> Pedagoga. Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis - SEMED, [niveakinka\\_roo@outlook.com](mailto:niveakinka_roo@outlook.com)

Embora em andamento o trabalho empreendido já sinaliza que, apesar dos percalços existentes no processo de ensino de Libras como L1, é plenamente possível alcançar resultados satisfatórios quando nos lançamos a fazer e nos apropriarmos de recursos didáticos pedagógicos relevantes e significativos para a vivência da criança surda para além do espaço escolar.

## DESENVOLVIMENTO

No ano de 2008 a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, estabeleceu o Atendimento Educacional Especializado, com a implementação do Decreto nº 6.571/2008, que traz sua definição como um espaço físico, composto por equipamentos, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos para a oferta do Atendimento Educacional Especializado e define o público-alvo da Educação Especial, entre eles os alunos surdos. Entendido desta maneira, como um ambiente de aprendizagem de língua orais, sinais e escrita, tendo Libras como primeira língua e língua portuguesa escrita como segunda língua.

O AEE passa a complementar ou suplementar a formação dos alunos, no intuito de eliminar as dificuldades dos alunos e facilitar a aprendizagem, garantindo acesso ao ensino.

Percebe-se que é função do professor da sala de recursos multifuncionais, onde ocorre o AEE, organizar o planejamento com professores do ensino comum. Havendo a necessidade de articulação entre educação especializada e ensino comum.

Contudo, as Salas de Recursos Multifuncionais, a partir do seu documento orientador, estruturaram o ensino de Libras em dois momentos: o atendimento em Libras, destinado ao ensino do conteúdo da sala regular *em Libras*, e o atendimento *de Libras*, que resulta no ensino propriamente dito da língua de sinais ao aluno surdo, cabendo em ambos, os casos, ao professor de Libras surdo, quando houver, se não, um professor ouvinte fluente em Libras, elaborar e desenvolver as práticas pedagógicas para compreensão e assimilação dos conteúdos ao aluno.

Com base na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Sala de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado, prima pelo desenvolvimento de práticas pedagógicas atrativas, lúdicas, para que a aprendizagem passe a ter sentido à aluna surda.

Como sabemos, a aquisição de Libras para surdo requer inicialmente um olhar diferenciado acerca do ensino, desvinculado da Língua Portuguesa, o que envolve o uso de uma nova pedagogia a ser adotada no processo ensino aprendizagem de Libras. A isso PERLIN (2006) denomina Pedagogia da Diferença, pois o surdo tem uma pedagogia própria delineada no jeito surdo e visual de ensinar. Assim a autora complementa:

Por ser a primeira língua dos surdos brasileiros, é na Libras que devemos pautar nossas ações e práticas pedagógicas voltadas a estes alunos, sendo que os processos pedagógicos, a partir dessa afirmação, prioritariamente, devem se desenrolar de forma visual. (PERLIN 2006, p. 21).

Essa prática associada à perspectiva do ensino estruturada pelo professor surdo, possuidor das narrativas surdas, apresenta sua identidade e cultura surda é capaz de ampliar o leque lexical do aluno surdo no ensino da Língua de Sinais. Todavia, mesmo sendo esta metodologia a apropriada, segundo a autora, não podemos negar que a realidade no interior das escolas está longe da ideal, uma vez que os docentes que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais, e nas salas regulares pouquíssimos são conhecedores ou possuem fluência na Língua Brasileira de Sinais.

Contudo o Decreto 5.626/05 que regulamentou a Lei da Língua Brasileira de Sinais, também promoveu a estruturação de muitas propostas educacionais, uma vez que o surdo passa a ter direito ao conhecimento por meio de Libras e o português passa a ser usado na modalidade escrita, como segunda língua, tendo assim a sua educação como bilíngue. Quanto a isso,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

QUADROS (2000, p.54) ressalta: “Quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil”.

Compreende-se como pertinente e de extrema importância as colocações acima, ao que se refere a atuação do professor surdo na aprendizagem do aluno surdo, porém, na realidade educacional, por vários motivos, fica sob responsabilidade dos professores ouvintes o ensino de Língua de Sinais para o aluno surdo.

Isso posto, caberá ao professor ouvinte o papel de ensinar Libras, o que vai requerer, disposição, muito estudo e o uso de métodos adequados às práticas pedagógicas e vivências dos alunos, devendo estas, estarem associadas a uma organização e clareza para tornar-se evolvente. Trata-se de envolver essa prática com recursos visuais para proporcionar um ensino de qualidade e obter os avanços esperados.

Nesta perspectiva, iniciei o trabalho com a disciplina de Libras no Atendimento Educacional Especializado por meio de práticas pedagógicas fundamentadas em recursos adaptados em Libras e imagéticos (visuais). Inicialmente os desafios foram grandes, uma vez que, a aluna surda iniciava suas primeiras vivências com a Língua de Sinais, na escola, haviam ainda as barreiras da aceitação para o uso da língua de sinais por parte da família.

Diante deste cenário familiar e educacional, buscamos por meio do diálogo acolher e envolver a família, sempre respeitando suas colocações, anseios e escolhas, porém esclarecendo acerca do direito da criança e do papel que cabe à escola em garantir o ensino de Libras como L1 a criança, matriculada na Educação Infantil.

Compreendo ainda que para tanto, faz-se necessário criar um ambiente linguístico, no qual o surdo possa construir uma linguagem, por meios de signos visuais, o que é imprescindível para a aquisição da língua de sinais e a representação do mundo. Na intenção de construir este ambiente linguístico, buscamos junto a formação da Educação Especial promovida pela Secretaria Municipal de Educação, as orientações necessárias, contando com a orientação de um professor instrutor de Libras surdo, sendo ele o único nesta secretaria. O mesmo compõe a equipe de formadores dos docentes do AEE, no município de Rondonópolis. Somando a isto, respaldo minhas ações didáticas e pedagógicas, no conhecimento construído por meio de cursos de extensão e formação continuada na área de Libras, os quais tenho frequentado ao longo dos meus treze anos de trabalho, estudo e constituição de minha identidade docente. Trabalhamos tendo o bilinguismo como metodologia de ensino, com o qual, proporcionamos a aluna surda o ensino de Libras (L1) e de Língua Portuguesa (escrita). Assim, na sala de recurso é realizado os atendimentos direcionados, no primeiro momento apenas com o ensino de Libras, com vista o universo linguístico da língua de sinais.

Para isso, proporcionamos atividades pedagógicas adaptadas, que favorecem a comunicação e autonomia no espaço escolar, habilidade que devem ser asseguradas pelo Atendimento Educacional Especializado.

Desta maneira organizei meus planejamentos com base no ensino das habilidades de vida diária, referentes a sinalização de ações significativas e importantes para a aluna, tais como: vontade de comer, beber água e ir ao banheiro. Para isso, adotei recursos visuais que evidenciavam a relação entre o sinal e a imagem (objeto) para melhor compreensão da aluna, utilizei como meio as brincadeiras e a ludicidade.

Observou-se por meio do trabalho desenvolvido no atendimento da sala de recursos, e das ações pedagógicas no interior do espaço escolar avanços uso de Libras pela aluna, pois a mesma já faz uso da sinalização em sua comunicação com os colegas no momento do recreio e no espaço da sala regular junto a professora. Comportamento este que nos estimula a seguir com todo o trabalho desenvolvido até o momento, uma vez que comprovadamente o ensino da língua de sinais promove a inclusão no espaço escolar.

Evidenciou-se que o uso de materiais didáticos e atividades adaptadas em Libras favoreceram o envolvimento da aluna como agente ativo e protagonista do processo de aprendizagem e também na aquisição da língua materna, ressaltando o respeito às suas especificidades porém proporcionando subsídios que a auxiliaram no processo de comunicação, e ampliação das possibilidades linguísticas, culturais e educacionais que intencionam afim de promover a aprendizagem e a inclusão no espaço escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realidade vivenciada no espaço escolar, da fundamentação teórica referente a temática apresentada e das vivências ocorridas no espaço da sala de recursos, junto a aluna surda, percebi, que fizemos muito porém, temos muito ainda a avançar. Entretanto, cientes de que há possibilidade de aprendizagem, quando contamos com o envolvimento de toda a escola e da família.

Entendemos como os pesquisadores da área, a importância do trabalho professor surdo, o que não condiz com nossa realidade, pois na maioria das salas de recursos multifuncionais o ensino de Libras fica sob responsabilidade de docente ouvinte, que por sua vez ainda não possui formação específica, ou possui o conhecimento básico na área para o ensino desta língua como L1.

Contudo, ressaltamos sua importância de Libras como primeira língua ao surdo no ambiente escolar, visto que, para muitos este é contato inicial com a língua de sinais. Mesmo com os desafios que circundam esse processo, não se pode negar a importância da formação docente na área e as estratégias didáticas que priorizem a identidade surda e as especificidades da língua de sinais.

Em suma destacamos que os resultados obtidos até aqui, são frutos de uma postura pedagógica, de uma docente ouvinte, comprometida com a aprendizagem e a formação de uma criança surda em suas necessidades linguísticas. Para o que, buscou-se fundamento nas colocações dos estudiosos e pesquisadores na área da aprendizagem e ensino de língua de sinais, além dos conhecimentos constituídos no contexto escolar e na busca constante de formação específica e continuada para respaudo teórico e pedagógico.

**Palavras-chave:** Docência, Ensino de Libras, Surdez e Sala de Recursos

## REFERÊNCIAS

- ALBRES, N.A. GRESPAN, S. Lia (Org.). **Libras em estudo:** política educacional. São Paulo: FENEIS, 2013.
- BRASIL. Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado:** Pessoa com surdez. Brasília: SEESP/SEEP/MEC, 2007
- PERLIN, G. T.T. Identidades Surdas. IN: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.
- QUADROS, R.M. de. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais.** Textura, Canoas nº 3 p.54, 2000.